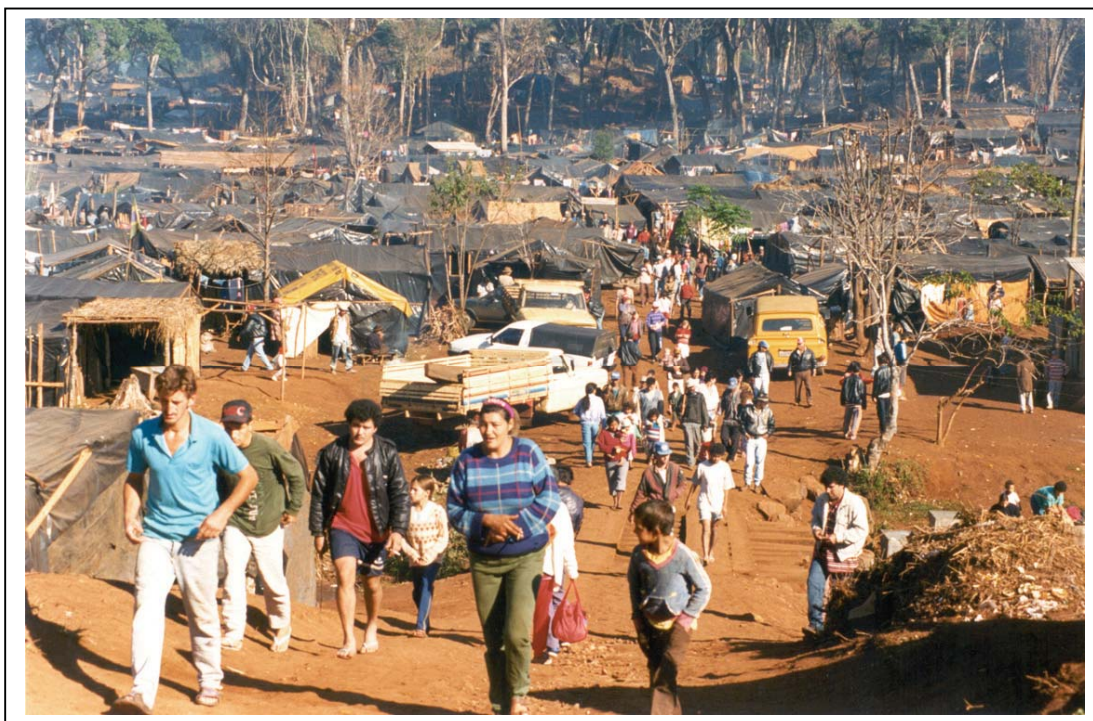


MST: LUTAS E CONQUISTAS



Set

embro 2009

Apresentação

Esperamos durante o “Seminário América Latina inspira Las mujeres y la democracia participativa” no painel **Movilización, construyendo desde abajo** - demonstrar como o MST, tem se construído ao longo desses 25 anos. Focalizaremos, sobretudo, seu trabalho de mobilização social junto as populações carentes do campo e da cidade visando incentivá-las na sua organização social. Abaixo algumas narrativas das ações do MST que dizem respeito as suas conquistas e desafios na tarefa de mobilizar para conquistar a terra, reforma agrária e ampliar a democracia em nosso país. É importante que fique claro que o documento que segue é uma produção coletiva de autoria do MST, por isso, está assinado como Secretária Nacional, o meu trabalho resume-se apenas na sistematização das informações para produção deste documento.

Fabya Reis

Militante MST-BA

Doutoranda em Ciências Sociais

Introdução

A luta pela terra e por Reforma Agrária no Brasil, ao longo de cinco séculos, tem sido marcada por muita luta e resistência, que se intensificou nos últimos anos. Há, de um lado, milhares de famílias sem terra que almejam conquistar um pedaço de chão para a sua sobrevivência. De outro, existe o latifúndio, defendendo sua posse a todo custo e impedindo o cumprimento da Constituição de 1988. Com isso, o campo brasileiro se tornou palco de conflitos quase que cotidianos.

Essa situação acontece somente por conta do modelo que controla a agricultura, baseado na grande propriedade, com utilização de pouca força de trabalho, com a mecanização intensa voltada à produção de monoculturas de alguns produtos para a exportação. O resultado disso é uma imensa concentração de terras e de renda, excluindo os camponeses de suas terras e provocando o aumento da pobreza no campo. Além disso, cria o êxodo rural, tornando ainda mais complicada a vida nos territórios urbanos - desprovidos de infraestrutura para receber essas populações. Nesse contexto, o MST vem tentando contribuir com essas famílias na luta por seu pedaço de chão. Por isso, somos atacados por setores conservadores e patrimonialistas da sociedade brasileira, que utilizam vários instrumentos para combater o nosso Movimento e

todos aqueles que lutam pela Reforma Agrária. Perseguem quem luta pela plena realização dos direitos sociais garantidos na Constituição e por medidas de melhoria das condições de vida do povo brasileiro, como escola, saúde, trabalho e dignidade. O presente documento pretende apresentar, de forma breve e objetiva, um panorama da luta pela Reforma Agrária e das conquistas e desafios do nosso Movimento desde sua origem. Fazemos um panorama da luta pela terra na história do nosso país e da organização do MST. Apresentamos dados sobre a situação do campo, a concentração de terra, as demandas dos trabalhadores rurais Sem Terra e a reação dos latifundiários e do agronegócio. Neste material, estão disponíveis informações e dados sobre as nossas conquistas, realizações, esforços e projetos nas áreas de educação e produção, além de textos que revelam o reconhecimento da sociedade ao MST, com prêmios e homenagens em nível nacional e internacional. No capítulo dos anexos, estão as linhas gerais da nossa atuação, como o nosso programa agrário, os nossos desafios e os nossos compromissos com o desenvolvimento nacional, com justiça social e soberania popular.

Secretaria Nacional do MST

Setembro 2009

MST - Lutas e Conquistas

O Brasil é o segundo maior país em concentração de terras do mundo, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. Em nosso território estão os maiores latifúndios do mundo. A soma das maiores 27 propriedades alcança uma superfície equivalente a do Estado de São Paulo. A mais extensa destas propriedades, do país e do planeta, pertence a uma construtora: uma área de 4,5 milhões de hectares (correspondente a quase metade do Estado de Sergipe), de um único proprietário e de natureza empresarial não-agrícola. Não bastasse a concentração, estas terras produzem pouco ou quase nada. Segundo o Atlas Fundiário, publicado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), 62% das terras agriculturáveis do nosso país são improdutivas. Concentração e improdutividade possuem raízes históricas, que remontam ao início da ocupação portuguesa deste território no século XVI. Combinada com a monocultura para exportação e a escravidão, a forma de ocupação de nossas terras pelos portugueses estabeleceu as raízes da desigualdade social que atinge o Brasil até hoje. Em 1850, mesmo ano da abolição do tráfico de escravos, o Império decretou a Lei de Terras, que consolidou a perversa concentração fundiária em nosso país. É nela que se encontra a origem de uma prática trivial do latifúndio brasileiro: a grilagem de terras

– ou a apropriação de terras devolutas através de documentação forjada – que regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural e formalizou as bases para a desigualdade social e territorial que atinge o nosso país até hoje.

A luta pela terra e o MST

Nos países centrais do sistema capitalista, a democratização do acesso à terra, a Reforma Agrária, foi uma das principais políticas para destravar o desenvolvimento social e econômico, produzindo alimento que sustentasse a nascente indústria moderna e seus operários, abastecendo os centros urbanos. No Brasil, nos séculos seguintes, nem mesmo as transformações políticas e econômicas para o desenvolvimento do capitalismo foram capazes de afrontar a concentração de terras.

Ao longo destes cinco séculos de latifúndio, também foram travadas lutas e resistências populares. As lutas contra a exploração e, por conseguinte, contra o cativo da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão, marcam a história dos trabalhadores. A resistência camponesa manifesta-se em diversas ações e, nessa marcha, participam do processo de transformação da sociedade. Desde meados do século XX, novas feições e novas formas de organização foram criadas na luta pela terra e na luta pela Reforma Agrária. Nas diferentes regiões do país, contínuos conflitos e eventos foram testemunhos da formação camponesa no princípio da segunda metade do século XX. O regime militar foi duplamente cruel e violento com os camponeses. Por um lado, foram privados dos direitos de expressão, reunião, organização e manifestação, impostos pela truculência da Lei de Segurança Nacional e do Ato Institucional nº 5. Por outro, a ditadura implantou um modelo agrário ainda mais concentrador e excludente, instalando uma modernização agrícola seletiva, que excluía a pequena agricultura, impulsionando o êxodo rural, a exportação, o uso intensivo de venenos e concentrando não apenas a terra, mas os subsídios financeiros para a agricultura. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é filho das lutas pela democratização da terra e da sociedade. No final da década de 1970, quando as contradições do modelo agrícola tornam-se mais intensas, inclusive com a violência de Estado, ressurgem as ocupações de terra no país. Em setembro de 1979, centenas de agricultores ocupam as granjas Macali e Brilhante, no Rio Grande do Sul. Em 1981, um novo acampamento surge no mesmo estado e próximo destas áreas: a Encruzilhada Natalino, que se tornou símbolo da luta de resistência à ditadura militar, agregando em torno de si a sociedade civil que exigia um regime democrático. Em todo o país, novos focos de

resistência à ditadura das armas e das terras surgiram: posseiros, arrendatários, assalariados, meeiros, atingidos por barragens. As ocupações de terra tornaram-se ferramenta de expressão camponesa e de contestação do autoritarismo. Em 1984, os trabalhadores rurais que protagonizavam estas lutas pela democracia da terra e da sociedade convergem em um encontro nacional, em Cascavel, no Paraná. Ali, decidem fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela Reforma Agrária e lutar por mudanças sociais no país.

No ano seguinte, o país vivia um período de esperança com o primeiro presidente civil em 21 anos. No final de 1985, o Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA) foi entregue às lideranças políticas, com o objetivo de dar aplicação rápida ao Estatuto da Terra e assentar 1,4 milhão de famílias. O plano, porém, fracassou, e até 1993 (quando foi regulamentada a Lei Agrária) não foi possível realizar desapropriações para fins de Reforma Agrária. Até 1989, apenas 82.690 famílias haviam sido assentadas, ou seja, 6% do total previsto pelo plano.

Em 1990 teve início o governo Collor, cujo mandato foi caracterizado por uma forte repressão aos Sem Terra. Foi durante o governo do seu vice, Itamar Franco, que foi aprovada a Lei Agrária (Lei 8.629), pelas quais as propriedades rurais foram reclassificadas e a regulamentação da questão passou a fazer parte da Constituição - não mais havendo vieses jurídicos que impossibilitassem as desapropriações.

Sob o governo Fernando Henrique Cardoso, além do aumento do êxodo rural, provocado pela ação dos bancos, o Brasil testemunhou também os dois massacres que marcaram a segunda metade do século XX. No mesmo período, foram criadas duas medidas provisórias persecutórias a quem ocupava terras e implantado o Banco da Terra, uma política de crédito para compra de terras e criação de assentamentos em detrimento das desapropriações. Foram destruídas as políticas de crédito especial para a Reforma Agrária e assistência técnica, criadas durante o governo Sarney, prejudicando as famílias assentadas. Embora FHC tenha propagandeado que realizou a maior Reforma Agrária da história do Brasil, seu governo nunca possuiu um projeto de Reforma Agrária real. Durante os mandatos de seu governo, a maioria dos assentamentos implantados foram resultados de ocupações de terra. Todavia, o número de assentamentos também diminuiu. Para garantir as metas da propaganda do governo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) “clonou” assentamentos criados em governos anteriores e os registrou como assentamentos criados no seu segundo mandato. Essa tática criou confusão tamanha que, ao final do mandato, nem mesmo o Incra conseguia afirmar quantos assentamentos foram realizados de fato. Ao mesmo tempo em que a década de 90 vivenciou o

abandono da agricultura familiar pelo Estado, com a retirada de subsídios e assistência técnica, além da subordinação da agricultura ao mercado internacional, foram realizadas importantes lutas camponesas, como a Marcha Nacional por Emprego e Reforma Agrária, em 1997 - quando 100 mil pessoas receberam o MST em Brasília, um ano após o Massacre de Eldorado de Carajás. É também uma época em que surgem e ganham força novos movimentos sociais e sujeitos no campo, como o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Ainda que o presidente Lula tenha sido um histórico defensor da Reforma Agrária, a situação da agricultura tem se agravado para os pequenos agricultores e assentados durante seus mandatos. O modelo agrário-exportador se acentuou, dividindo nosso território em sesmarias de monoculturas, como soja, cana-de-açúcar e celulose, além da pecuária. A aquisição de terras por estrangeiros também atinge níveis nunca antes registrados. Incentivado pelo governo, o agronegócio tem como lógica a exploração da terra, dos recursos naturais e do trabalho. Não produz alimentos para o povo brasileiro e deteriora o ambiente, gera poucos empregos - cerca de 10 vezes menos que a agricultura familiar - utiliza grandes extensões de terra para a monocultura de exportação, baseada em baixos salários, no uso intensivo de agrotóxicos e de sementes transgênicas. Num contexto de crise econômica mundial, não tem condições de produzir alimentos para a população ou criar postos de trabalho para os agricultores. Mesmo sem vivenciar um verdadeiro processo de Reforma Agrária, os 25 anos de luta do MST não são em vão. Pelo contrário. Em 23 estados e no Distrito Federal, organizamos mais de **1,5 milhão de pessoas, em mais de 1.200 municípios**, onde vivem acampadas ou assentadas. Grande parte das pessoas assentadas, que se organiza em torno de cooperativas, associações coletivas e semicoletivas, têm melhores condições de vida do que antes de conquistar a terra por meio da luta pela Reforma Agrária.

A elevação da renda das famílias assentadas é realidade nos assentamentos, principalmente onde as agroindústrias estão desenvolvidas. Pesquisa da FAO (1992) comprova que a média de renda nos assentamentos é de 3,7 salários mínimos mensais por família, e onde as agroindústrias estão implantadas essa média sobe para 5,6 salários mensais por família.

Uma das principais conquistas do MST tem sido a de manter o tema da Reforma Agrária na pauta de discussão da sociedade e do Estado. No campo social, os resultados nas áreas conquistadas são significativos: foi praticamente eliminada a mortalidade infantil nos assentamentos e não existe mais a fome. Mas, acima de tudo, foi conquistada a dignidade da

cidadania, já que quando a cerca do latifúndio é rompida, também rompe-se a cerca do “voto de curral”, do coronelismo, da dominação política.

Além dessas conquistas, o MST continua defendendo a democratização da terra e a implementação real de uma política de estímulo à reorganização da produção agrícola, voltada para as necessidades da população. São condições ainda urgentes e necessárias para o desenvolvimento e para a eliminação das desigualdades sociais no Brasil.

Cicatrizes da concentração da terra

O Brasil tem um dos maiores índices de concentração de terras do mundo. São inúmeros os problemas causados pelo fato de poucos latifundiários controlarem boa parte das terras são a pobreza no campo, desrespeito aos direitos sociais, a falta de emprego, a superexploração do trabalho, que impedem o desenvolvimento das áreas rurais no país. Essa situação difícil incentiva a saída dos jovens do campo, o chamado êxodo rural, e amplia os problemas sociais nas cidades.

O nosso País possui uma área territorial de 850,2 milhões de hectares. Desta área total, as unidades de conservação ambiental ocupavam no final do ano de 2003, aproximadamente 102,1 milhões de hectares, as terras indígenas 128,5 milhões e a área total dos imóveis cadastrados no Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) aproximadamente 420,4 milhões de hectares.

De acordo com dados do Incra, de 2003, as propriedades rurais com mais de 1 mil hectares representam 1,6 % dos imóveis (cerca de 70 mil), concentrando 46,78% das áreas agricultáveis do país.

Por outro lado, a pequena agricultura, com áreas de até 200 hectares, soma 4 milhões de imóveis, que representam apenas 30% das áreas agricultáveis do país. Uma comparação entre os números de 1992 e 2003 aponta que as políticas de assentamentos nesse período não conseguiram enfrentar a concentração da terra. Nesse período, **o número de latifúndios com mais de 2 mil hectares aumentou em 13.187 imóveis (10.756.859 hectares)**. Na contramão dessa tendência, além das famílias acampadas, existe uma demanda por terra de 4 milhões de famílias no país, de acordo com o 2º Plano Nacional de Reforma Agrária de 2003. Além disso, cerca de 800 mil famílias se cadastraram em agências dos Correios no governo Fernando

Henrique Cardoso. A questão da improdutividade das terras, da reserva de patrimônio e da especulação com um recurso natural finito também não foi resolvida, apesar do avanço do agronegócio no país. Dos 850 milhões de hectares do nosso país, **120 milhões estão improdutivos**, em cerca de 54 mil imóveis (dado de Incra/IBGE/2003). Os problemas nos registros das terras, a falta de regularização e a origem desconhecida dos títulos das propriedades continuam sem resposta e sem solução. Cerca de **130 milhões de hectares de terras** são consideradas devolutas (dado de Incra/IBGE/2003). Apesar da desigualdade entre as grandes e pequenas propriedades, dados da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário **apontam que 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros são provenientes da agricultura familiar**. Números de 2005 indicam que o segmento da agricultura familiar e as cadeias produtivas a ele interligadas responderam por 9% do Produto Interno Bruto (PIB), ou R\$ 174 bilhões. Ou seja, a pequena agricultura tem viabilidade para produzir alimentos, empregos, igualdade social e desenvolvimento no campo, que são os objetivos da Reforma Agrária.

A vida embaixo da lona preta

Atualmente, temos **90 mil famílias acampadas** (aproximadamente 400 mil pessoas), vivendo em 875 acampamentos, distribuídos em 23 Estados e no DF, em todas as regiões do país. Levantamento da Ouvidoria Agrária, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, estima que 230 mil famílias estavam acampadas no país em 2006.

Os acampamentos dos MST são formados por famílias de trabalhadores rurais pobres, que vivem como arrendatários, bóias-frias, meeiros, e querem ter a própria terra para plantar. No trabalho, recebem os salários mais baixos da sociedade brasileira e percebem que a terra deve ser daqueles que trabalham nela, não daqueles que fazem reserva de patrimônio ou produzem para exportação. Há também famílias que foram expulsas do campo e mudaram para a periferia das cidades, mas querem retornar ao campo e enxergam no Movimento uma alternativa para a conquista da terra para melhorar a sua condição de vida, ter sua casa, uma horta para plantar e trabalhar, educação, lazer e saúde para a família.

As famílias passam a viver nos acampamentos, nas beiras de estradas, enfrentando dificuldades no seu dia a dia para morar, dormir, descansar e comer, mas encontram um refúgio na organização coletiva de uma comunidade, onde todos enfrentam os mesmos problemas

juntos e avaliam que essa é a melhor maneira de enfrentá-los. Um exemplo disso é a consolidação das Escolas Itinerantes(mais informações na seção sobre *educação*). Mesmo depois de ano embaixo da lona preta, resistem com a perspectiva de conseguir a terra e entrar no programa de Reforma Agrária. O instrumento para isso é a ocupação de terras. **Cerca de 80% das desapropriações foram realizadas por conta das ocupações nos últimos 10 anos. Sem ocupação de terra, não tem reforma agrária.** A Constituição de 1988 determina que a propriedade deve atender a sua função social, no artigo 5º. As ocupações que acontecem desde o tempo o Brasil Colônia, são o principal instrumento dos trabalhadores rurais para que a lei seja cumprida.

A ocupação de terra se dá mais ou menos da mesma forma. De um lado, uma área improdutiva e abandonada; de outro, trabalhadores sem-terra que querem trabalhar e produzir. A reação depende da conjuntura da questão agrária, da truculência dos fazendeiros e da posição dos governos estaduais. Em alguns estados, governadores têm uma posição bastante conservadora em relação à questão agrária e aos movimentos. Em outros, os fazendeiros são extremamente violentos e organizam grupos armados de pistoleiros contra os sem-terra.

Assentamentos: Espaço de vida, trabalho e produção

Uma das nossas principais contribuições para a sociedade brasileira foi cumprir com nosso compromisso em produzir alimentos para o povo brasileiro. Fruto da organização de mais de **100 cooperativas e mais de 1.900 associações** em nossos assentamentos, trabalhamos de forma coletiva para produzir alimentos. Contribuímos também na construção de 96 agroindústrias, que melhoram a renda e as condições do trabalho no campo.

O assentamento é um espaço em que conjunto de famílias camponesas vivem, trabalham e produzem, dando uma função social à terra e um futuro melhor à população. A vida no assentamento garante às famílias direitos sociais que não são garantidos a todo o povo brasileiro: casa, escola e comida. O impacto da criação de um assentamento marca a vida de um município, tanto do ponto de vista social como econômico. Em primeiro lugar, a terra ganha uma função social. Em segundo lugar, um conjunto de famílias ganha instrumentos para a sua sobrevivência. Depois de um período, constroem a casa, conquistam a escola e começam a produzir. A produção garante o abastecimento de alimentos aos moradores das pequenas cidades e gera renda às famílias assentadas.

Um bom exemplo dos resultados da Reforma Agrária trata-se da antiga Fazenda Anonni, área de 9 mil hectares que foi desapropriada em 1986 no Rio Grande do Sul. Foram assentadas 420 famílias no assentamento da Anonni, que produz, por ano, cerca de 20 mil sacas de trigo, 6 milhões de litros de leite, 150 mil sacas de soja, 35 mil sacas de milho, 45 toneladas de frutas, 800 cabeças de gado, 5 mil cabeças de suínos e 10 mil quilos de hortaliças. Por isso, 23 prefeitos da região norte do estado defendem a desapropriação de fazenda em Coqueiros do Sul, que ocupa 30% da área do município e gera empregos para apenas 15 funcionários temporários, além de ser um símbolo do atraso e da exclusão. Caso fosse transformada em um assentamento para 450 famílias, poderia gerar no mínimo 950 empregos diretos, desenvolver a produção e movimentar a economia da região. A expressão “assentamento” é utilizada para identificar não apenas uma área de terra no âmbito dos processos de Reforma Agrária, destinada à produção agropecuária e ou extrativista. É também um espaço heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias camponesas, que ganha vida depois de desapropriado ou adquirido pelos governos federal ou estaduais, com o fim de cumprir as disposições legais. O assentamento representa o desfecho de um determinado processo político-social onde o monopólio da terra e o conflito social são superados e imediatamente inicia-se um outro: a constituição de uma nova organização econômica, política, social e ambiental com a posse da terra, por uma heterogeneidade social de famílias camponesas.

Por isso, deve-se compreender os assentamentos como expressão de um impasse da luta social. Por um lado, os assentamentos unem o homem à terra e nela desenvolvendo o trabalho com sua família. Por outro lado, em um contexto de avanço do modelo agro-exportador com prioridade à produção em grandes áreas para exportação, os assentamentos ainda não realizam plenamente suas potencialidades. Infelizmente, por conta dos limites das políticas dos governos, os assentamentos não se constituem como expressão de uma política ampla e massiva de democratização da terra no Brasil.

Atualmente, são criados dentro de uma programa de políticas sociais e resolução de conflitos, em vez de fazer parte de uma estratégia de desenvolvimento focado no mercado interno, tendo na reforma agrária um de seus elementos estruturadores. Esse impasse é muito desfavorável aos trabalhadores e se revela quando analisamos as omissões dos sucessivos governos quanto às suas obrigações contraídas junto aos assentamentos. Pesquisas sobre a qualidade de vida nos assentamentos constaram que os formados entre 1995 a 2001 careciam de diversas estruturas sociais e serviços públicos. Por exemplo: 32% dos assentamentos não tinham

casa definitiva; 49% não possuíam água potável; 55% não possuíam eletricidade; 29% das famílias com filhos em idade escolar não tinham acesso à escola de ensino fundamental 77% não tinham acesso ao nível médio; 62% dos assentamentos não tinham atendimento de saúde emergencial.

O passivo social nos assentamentos é enorme, o que reforçou a necessidade das lutas reivindicatórias por políticas públicas e justifica a sua intensificação nos anos 90 e 2000. Apesar da ausência das ações governamentais dentro dos assentamentos, a condição de vida destas famílias mudou para melhor. Estudos revelam uma melhoria da vida das famílias assentadas dadas suas condições anteriores vividas. Uma pesquisa aponta que 66% das famílias pesquisadas **apontaram uma melhora no padrão de sua alimentação**; 62% perceberam uma melhora no seu poder de compra, sobretudo de bens duráveis e 79% dos entrevistados viram melhoras na forma de habitação. Outro dado revelador da pesquisa referiu-se à confiança no futuro por parte destas famílias: **87% delas acreditam que o futuro será melhor**.

Os assentamentos podem resolver as necessidades concretas das famílias, criando condições para o trabalho, para a produção e moradia, ou seja, organizando a economia e as dimensões da vida social, educacional e cultural das famílias assentadas. Busca-se com isto a elevação do nível educacional, cultural de todas as famílias.

Desta forma, os assentamentos são a grande contribuição deste movimento social para a sociedade brasileira.

Buscamos em cada assentamento desenvolver uma mentalidade e uma atitude de Soberania Alimentar, compreendendo que a nossa função social é produzir alimentos, sendo esta a nossa primeira tarefa histórica, eliminando a fome do meio das famílias camponesas.

Buscamos também desenvolver a cooperação agrícola, como um ato concreto de ajuda, que fortaleça a solidariedade, mas também potencialize as condições de produção das famílias assentadas. Fazemos esforços nas áreas de educação e saúde.

As famílias assentadas têm o compromisso de promover uma agroecologia cooperada que crie a base material e técnicocientífica para repensarmos as nossas relações com a natureza e com os demais seres humanos, e que eleve a produtividade física dos solos e a produtividade do trabalho. Defendemos a diversificação produtiva, que modifica nossos hábitos e atitudes frente à natureza e alterando nossos hábitos de consumo e de alimentação.

Estimulamos também as famílias assentadas a organizar agroindústrias de forma cooperativada, que é uma ferramenta fundamental para agregar valor à matériaprima produzida, garantindo uma renda mensal aos associados; assegurando preços aos produtos e viabilizando a comercialização da produção. Estamos convencidos que o desenvolvimento do campo virá com a interiorização da agroindústria, gerando alternativas de trabalho para a juventude e para as mulheres.

A democratização do conhecimento é tão importante quanto a Reforma Agrária no processo de consolidação da democracia. Além dos acampamentos à beira de estradas, das ocupações de terra e de marchas para pressionar pela desconcentração da terra, o MST luta desde 1984 pelo acesso à educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis para as crianças, jovens e adultos de acampamentos e assentamentos.

Educação, cidadania e Reforma Agrária

Os esforços nessa área buscam, sobretudo, a erradicação do analfabetismo de nossas áreas de acampamento e assentamento, e a conquista de condições reais para que toda criança e todo adolescente estejam na escola. Para isso, é preciso capacitar e habilitar professores como conhecedores das necessidades dos estudantes.

Escolarizar é incentivar a pensar com a própria cabeça, é desafiar a interpretar a realidade, elevando o nível cultural. É criar condições para que cada cidadão e cidadã construam, a partir dos seus pontos de vista, seus destinos. Para isso, é fundamental garantir o acesso de crianças e jovens à educação e à escolarização nos vários níveis, em cumprimento ao artigo 6 da Constituição - que declara que a educação faz parte dos direitos sociais. Hoje, o trabalho com educação no MST está organizado em todo o país, desde a educação infantil à educação superior, em várias áreas do conhecimento.

Em toda a nossa história, foram conquistadas 2.250 Escolas Públicas nos acampamentos e assentamentos em todo país (das quais 1.800 até a 4ª série e 400 até o Ensino Fundamental completo). Há 300 mil trabalhadores rurais estudando, entre crianças e adolescentes Sem Terra, dos quais 120 mil em escolas públicas.

Mais de 350 mil integrantes do MST já se formaram em cursos de alfabetização, ensino fundamental, médio, superior e cursos técnicos. Mais de 4 mil professores foram **formados** no movimento e em torno de **10 mil professores** atuam nas escolas em acampamentos e

assentamentos. Mais de 100 mil Sem Terra foram **alfabetizados**, entre crianças, jovens e adultos. Por ano, há aproximadamente **28 mil** educandos e 2 mil professores envolvidos em processos de alfabetização. Por meio de parcerias com universidades públicas, trabalhadores rurais do MST estudam em 50 instituições de ensino, em **cursos técnicos** de nível médio (como Administração de Cooperativas, Saúde Comunitária, Magistério e Agroecologia), cursos superiores e especializações (como Pedagogia, Letras, Licenciatura em Educação do Campo, Ciências Agrárias, Agronomia, Veterinária, Direito, Geografia, História), somando aproximadamente **100** turmas de cursos formais e mais de 5 mil **educandos** nestas instituições.

Do desafio de garantir educação do campo, principalmente durante as lutas, surgiram outras inovações importantes, como as Escolas Itinerantes, que acompanham os acampamentos, que não têm localidade fixa. Essas escolas já foram aprovadas legalmente e reconhecidas pelo Conselho Estadual de Educação no Rio Grande do Sul (onde sofre atualmente com uma grande perseguição política), Santa Catarina, Paraná, Goiás, Alagoas, Pernambuco e Piauí. São 32 escolas, 277 educadores e 2.984 educandos envolvidos num processo educativo permanente. As Escolas Itinerantes do MST são espaços de conhecimento, criação, socialização com base em valores democráticos, e se deslocam junto com os acampamentos.

Uma série de atividades, encontros e cursos de capacitação em agroecologia foram realizados e continuam em andamento, na perspectiva de aprofundamento e troca de experiências em relação a novas técnicas agrícolas que estejam de acordo com o ambiente, produzindo alimentos de melhor qualidade para os consumidores. Entre outras iniciativas, destacamos o Curso de Economia da Agricultura, que capacitou 97 pessoas em 2006 e 2007, o Encontro Nacional sobre Meio Ambiente, que qualificou 330 camponeses e camponesas em 2006 e 2007; o Encontro Nacional de Agroecologia, que qualificou 74 pessoas (42 homens e 32 mulheres); o 18 MST - Lutas e Conquistas Curso de Tecnólogo em Agroecologia (2008), em quatro etapas, que capacitou 51 educandos (16 mulheres e 35 homens). Conseguimos também vagas para nossos integrantes em cursos e instituições de ensino superior no exterior, especialmente para cursos que temos dificuldades no nosso país. Uma parceria com o governo de Cuba possibilitou que 46 Sem-Terra se tornassem médicos e mais 80 estejam estudando. Na Venezuela, temos 30 estudantes em um curso de capacitação para Agroecologia.

Desde 1981, trabalhadores rurais publicam o Jornal Sem Terra, que possui atualmente uma tiragem de 20 mil exemplares, disponibilizados para todas as regiões onde há acampamentos e assentamentos. O jornal é uma importante fonte de informação e leitura dos Sem Terra.

O movimento tem também **38 grupos teatrais** em todo o Brasil. Este trabalho começou em 2001 na parceria **com o Centro de Teatro do Oprimido e com o diretor de teatro Augusto Boal**. Com esta experiência, nasceu uma brigada nacional de teatro, Patativa do Assaré. Um dos momentos mais importantes dos nossos atores e atrizes foi a apresentação, em 2005, do grupo “Filhos da Mãe... Terra” no Teatro de Arena Eugênio Kusnet, em São Paulo. No último período, os esforços na área de educação têm buscado fazer um trabalho especial com a juventude, que precisa estudar, trocar experiências e se qualificar para atuar nos assentamentos, garantindo a permanência no campo. Em 2007, foi realizado um seminário da juventude com 133 jovens das cinco regiões do nosso país. Em 2008, mais de 800 jovens, de 20 estados, fizeram um encontro na Universidade Federal Fluminense, no qual debateram o papel da juventude na luta pela Reforma Agrária e para o desenvolvimento com justiça social das áreas rurais.

Violência e impunidade

Em 1996, 19 trabalhadores rurais Sem Terra foram assassinados pela Polícia Militar do Pará, no conhecido Massacre de Eldorado dos Carajás. Dois anos depois, no mesmo estado, os camponeses Fusquinha e Doutor também foram vítimas da violência do latifúndio. Em 2007, no Paraná, o trabalhador rural Eli Dallemole, 42 anos, foi executado dentro de sua própria casa. Meses antes, Valmir Mota de Oliveira, militante do MST, morreu depois de levar dois tiros no peito durante ataque de uma empresa de segurança privada, contratada por uma transnacional do agronegócio. Os episódios de violência no campo aqui lembrados não estão no passado. Infelizmente, ainda são observáveis em todas as regiões de nosso país.

Violações contra trabalhadores rurais, ameaças, despejos e mortes seguem fazendo parte da realidade do pequeno agricultor brasileiro. Os números desenham um quadro pavoroso: segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre 1985 e 2009, foram assassinados **1.469 trabalhadores rurais em luta pela Reforma Agrária**. A certeza da impunidade e a lentidão da Justiça contribuem ainda mais para a manutenção desta realidade. Do total de 1.469 assassinatos no meio rural, **apenas 85 casos foram julgados e, destes, somente 19 mandantes receberam condenações**.

Os responsáveis pelo Massacre de Eldorado de Carajás, por exemplo, ainda estão impunes. Ao passo em que é lento para julgar os crimes contra os trabalhadores e trabalhadoras, o Judiciário é suficientemente ágil para atender as demandas dos proprietários, ao expedir liminares de reintegração de posse que se transformam em sentenças arbitrárias, abrindo caminho para a violência policial e a ação das milícias privadas. Boa parte dos trabalhadores e trabalhadoras assassinados nos últimos 24 anos vivia na região Norte do país. Foram vítimas da violência dos grileiros e fazendeiros contra as ações de ocupação de terra ou expulsos pelos grileiros de suas pequenas posses. Dados revelam que o avanço da fronteira agrícola sobre o Cerrado e a Amazônia se reflete nos maiores índices de assassinatos – historicamente atribuídos aos estados do Pará e do Mato Grosso.

A violência se agrava ainda mais com o apoio às monoculturas do agronegócio. A criminalização de movimentos sociais é uma prática sofrida por milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais que lutam pela Reforma Agrária no Brasil, e aplicada para reprimir e desqualificar a ação dos lutadores e lutadoras do povo. Muitas vezes, setores do Poder Judiciário brasileiro enquadram o MST no direito criminal e pouco levam em consideração o fato de que suas ações são reivindicações previstas na Constituição Federal - como é o caso da luta pelo acesso à terra. Outra frente de criminalização é a batalha travada pela mídia, que divulga idéias parciais, distorcidas e não verdadeiras sobre movimentos sociais e a classe trabalhadora em geral, que lutam no campo e na cidade. A violência no campo é a faceta mais cruel da realidade fundiária em nosso país. Por isso, o fim das mortes, ameaças e agressões contra trabalhadores Sem Terra depende, inevitavelmente, da realização da Reforma Agrária.

ANEXO 1

Manifesto em defesa da democracia e do MST

”...Legitimam-se não pela propriedade, mas pelo trabalho, nesse mundo em que o trabalho está em extinção. Legitimam-se porque fazem História, num mundo que já proclamou o fim da História. Esses homens e mulheres são um contra-senso porque restituem à vida um sentido que se perdeu...” (“Notícias dos sobreviventes”, Eldorado dos Carajás, 1996)

A reconstrução da democracia no Brasil tem exigido, há trinta anos, enormes sacrifícios dos trabalhadores. Desde a reconstrução de suas organizações, destruídas por duas décadas de

repressão da ditadura militar, até a invenção de novas formas de movimentos e de lutas capazes de responder ao desafio de enfrentar uma das sociedades mais desiguais do mundo.

Isto tem implicado, também, apresentar aos herdeiros da cultura escravocrata de cinco séculos, os trabalhadores da cidade e do campo como cidadãos e como participantes legítimos não apenas da produção da riqueza do País (como ocorreu desde sempre), mas igualmente como beneficiários da partilha da riqueza produzida. O ódio das oligarquias rurais e urbanas não perde de vista um único dia, um desses novos instrumentos de organização e luta criados pelos trabalhadores brasileiros a partir de 1984: o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST. E esse Movimento paga diariamente com suor e sangue – como ocorreu há pouco no Rio Grande do Sul, por sua ousadia de questionar um dos pilares da desigualdade social no Brasil: o monopólio da terra. O gesto de levantar sua bandeira numa ocupação, se traduz numa frase simples de entender e, por isso, intolerável aos ouvidos dos senhores da terra e do agronegócio. Um País, onde 1% da população tem a propriedade de 46% do território, defendida por cercas, agentes do Estado e matadores de aluguel, não podemos considerar uma República. Menos ainda, uma democracia. A Constituição de 1988 determina que os latifúndios improdutivos e terras usadas para a plantação de matérias primas para a produção de drogas, devem ser destinados à Reforma Agrária. Mas, desde a assinatura da nova Carta, os sucessivos Governos têm negligenciado o seu cumprimento. À ousadia dos trabalhadores rurais de garantir esses direitos conquistados na Constituição, pressionando as autoridades através de ocupações pacíficas, soma-se outra ousadia, igualmente intolerável para os senhores do grande capital do campo e das cidades: a disputa legítima e legal do Orçamento Público. Em quarenta anos, desde a criação do INCRA (1970), cerca de um milhão de famílias rurais foram assentadas. Mais da metade, entre 2003 e 2008. Para viabilizar a atividade econômica dessas famílias, para integrá-las ao processo produtivo de alimentos e divisas no novo ciclo de desenvolvimento, é necessário travar a disputa diária pelos investimentos públicos. Daí resulta o ódio dos ruralistas e outros setores do grande capital, habituados desde sempre ao acesso exclusivo aos créditos, subsídios e ao perdão periódico de suas dívidas.

O compromisso do Governo de rever os critérios de produtividade para a agricultura brasileira, responde a uma bandeira de quatro décadas de lutas dos movimentos dos trabalhadores do campo. Ao exigir a atualização desses índices, os trabalhadores do campo estão apenas exigindo o cumprimento da Constituição Federal, e que os avanços científicos e tecnológicos ocorridos nas últimas quatro décadas, sejam incorporados aos métodos de medir a produtividade agrícola do nosso País. É contra essa bandeira que a bancada ruralista do

Congresso Nacional reage, e ataca o MST. Como represália, buscam, mais uma vez, articular a formação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) contra o MST. Seria a terceira em cinco anos. Se a agricultura brasileira é tão moderna e produtiva – como alardeia o agronegócio, por que temem tanto a atualização desses índices? E, por que não é criada uma única CPI para analisar os recursos públicos destinados às organizações da classe patronal rural? Uma CPI que desse conta, por exemplo, de responder a algumas perguntas, tão simples como: O que ocorreu ao longo desses quarenta anos no campo brasileiro em termos de ganho de produtividade? Quanto a sociedade brasileira investiu para que uma verdadeira revolução – do ponto de vista de incorporação de novas tecnologias tornasse a agricultura brasileira capaz de alimentar nosso povo e se afirmar como uma das maiores exportadoras de alimentos? Quantos perdões da dívida agrícola foram oferecidos pelos cofres públicos aos grandes proprietários de terra, nesse período? O ataque ao MST extrapola a luta pela Reforma Agrária. É um ataque contra os avanços democráticos conquistados na Constituição de 1988 – como o que estabelece a função social da propriedade agrícola – e contra os direitos imprescindíveis para a reconstrução democrática do nosso País. É, portanto, contra essa reconstrução democrática que se levantam as lideranças do agronegócio e seus aliados no campo e nas cidades. E isso é grave. E isso é uma ameaça não apenas contra os movimentos dos trabalhadores rurais e urbanos, como para toda a sociedade. É a própria reconstrução democrática do Brasil, que custou os esforços e mesmo a vida de muitos brasileiros, que está sendo posta em xeque. É a própria reconstrução democrática do Brasil, que está sendo violentada.

É por essa razão que se arma, hoje, uma nova ofensiva dos setores mais conservadores da sociedade contra o Movimento dos Sem Terra – seja no Congresso Nacional, seja nos monopólios de comunicação, seja nos lobbies de pressão em todas as esferas de Poder. Trata-se, assim, ainda uma vez, de criminalizar um movimento que se mantém como uma bandeira acesa, inquietando a consciência democrática do país: a nossa democracia só será digna desse nome, quando incorporar todos os brasileiros e lhes conferir, como cidadãos e cidadãs, o direito a participar da partilha da riqueza que produzem ao longo de suas vidas, com suas mãos, o seu talento, o seu amor pela pátria de todos nós.

**CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS SEM TERRA! PELO
CUMPRIMENTO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS QUE DEFINEM AS TERRAS
DESTINADAS À REFORMA AGRÁRIA!**

PELA ADOÇÃO IMEDIATA DOS NOVOS CRITÉRIOS DE PRODUTIVIDADE PARA

FINS DE REFORMA AGRÁRIA!

Setembro, 2009

A seguir, apresentamos uma lista de amigos e amigas que lançaram o manifesto, que já foi assinado por centenas de pessoas.

Plínio de Arruda Sampaio, presidente da Abra

Oswaldo Russo, coordenador do Núcleo Agrário do PT

Hamilton Pereira, poeta e integrante do conselho da editora Perseu Abramo

Alípio Freire, poeta e escritor

Heloisa Fernandes, socióloga e professora da USP

Antônio Cândido, crítico literário, USP

44 MST - Lutas e Conquistas

Leandro Konder, filósofo, PUC-RJ

Fábio Konder Comparato, jurista, USP e Doutor Honoris Causa da Universidade de Coimbra

Fernando Morais, jornalista e escritor

Eduardo Galeano, Uruguai, escritor

István Mészáros, Hungria, filósofo

Miguel Urbano, Portugal, jornalista

Vandana Shiva – vencedora do Right Livelihood Award em 1993, versão alternativa do Prêmio Nobel da Paz.

Dr. Jacques Alfonsin, jurista, Porto Alegre

Nilo Batista, jurista

Alberto Broch, Presidente da CONTAG

Artur Henrique, Presidente da CUT

Augusto Chagas, Presidente da UNE

Bartira Lima da Costa, Presidente da CONAM

Ivan Pinheiro, secretário geral do PCB

Ivan Valente, Deputado Federal PSOL/SP

José Antonio Moroni, diretor da ABONG e do INESC

José Maria de Almeida, CONLUTAS, presidente do PSTU

Nalu Faria - Sempre Viva Organização Feminista – SOF e Marcha Mundial das Mulheres.

Paulo Pereira da Silva, Deputado Federal PDT-SP e presidente da Força Sindical

Renato Rabelo, presidente do Pcdob

Renato Simões, Secretário de Movimentos Populares do PT

Roberto Amaral, ex-Ministro da Ciência e Tecnologia, Secretário Geral do PSB

Sérgio Miranda, PDT-MG

Valter Pomar, Secretário de Relações Internacionais do PT

Wagner Gomes, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB

Dom Ladislau Biernaski, Presidente da CPT

Dom Pedro Casaldáliga, Bispo emérito da Prelazia de São Félix do Araguaia – MT

Dom Tomás Balduino, conselheiro permanente da CPT

Frei Betto, escritor

Leonardo Boff, escritor

Reverendo Carlos Alberto Tomé da Silva, TSSF, Anglicano, Capelão Militar

Miguel Urbano, Portugal, jornalista

Anita Leocádia Prestes, historiadora, UFRJ

Beth Carvalho, sambista

Adriana Pacheco, Venezuela, ViveTV

Adelaide Gonçalves, historiadora, UFCE

Ana Esther Ceceña, UNAN

Antonio Moraes, Federação Única dos Petroleiros - FUP

Associação Brasileira de ONG's – ABONG

Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF)

Chico Diaz, ator

Cândido Grzybowski - IBASE

Comitê italiano de apoio ao Movimento Sem Terra (Amigos MST-Italia)

Antônio Carlos Spis, CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais)

Dora Martins, juíza de direito, e presidenta da Associação de Juizes pela Democracia

Emir Sader, sociólogo, LPP/UERJ

Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB)

Hamilton de Souza, jornalista, PUC-SP

Heloísa Fernandes, socióloga, USP e ENFF

Jose Arbex, jornalista, PUC-SP

Maria Rita Kehl, psicanalista, São Paulo

Osmar Prado, ator

Paulo Arantes, filósofo, USP e ENFF

Vandana Shiva, Índia, cientista

Virginia Fontes, historiadora, UFF/Fiocruz

Vito Gianotti, jornalista e historiador, Núcleo Piratininga de Comunicação - Rio de Janeiro.

Anexo 2

Carta do 5º Congresso Nacional do MST

Nós, 17.500 trabalhadoras e trabalhadores rurais Sem Terra de 24 estados do Brasil, 181 convidados internacionais representando 21 organizações camponesas de 31 países e amigos e amigas de diversos movimentos e entidades, estivemos reunidos em Brasília entre os dias 11 e 15 de junho de 2007, no 5º Congresso Nacional do MST, para discutirmos e analisarmos os problemas de nossa sociedade e buscarmos apontar alternativas. Nos comprometemos a seguir ajudando na organização do povo, para que lute por seus direitos e contra a desigualdade e as injustiças sociais. Por isso, assumimos os seguintes compromissos:

1. Articular com todos os setores sociais e suas formas de organização para construir um projeto popular que enfrente o neoliberalismo, o imperialismo e as causas estruturais dos problemas que afetam o povo brasileiro.
2. Defender os nossos direitos contra qualquer política que tente retirar direitos já conquistados.
3. Lutar contra as privatizações do patrimônio público, a transposição do Rio São Francisco e pela reestatização das empresas públicas que foram privatizadas.
4. Lutar para que todos os latifúndios sejam desapropriados e prioritariamente as propriedades do capital estrangeiro e dos bancos.
5. Lutar contra as derrubadas e queimadas de florestas nativas para expansão do latifúndio. Exigir dos governos ações contundentes para coibir essas práticas criminosas ao meio ambiente. Combater o uso dos agrotóxicos e o monocultura em larga escala da soja, cana-de-açúcar, eucalipto, etc.
6. Combater as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro, como a Monsanto, Syngenta, Cargill, Bunge, ADM, Nestlé,

Basf, Bayer, Aracruz, Stora Enso, entre outras. Impedir que continuem explorando nossa natureza, nossa força de trabalho e nosso país.

7. Exigir o fim imediato do trabalho escravo, a super-exploração do trabalho e a punição dos seus responsáveis. Todos os latifúndios que utilizam qualquer forma de trabalho escravo devem ser expropriados, sem nenhuma indenização, como prevê o Projeto de Emenda Constitucional já aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados.
8. Lutar contra toda forma de violência no campo, bem como a criminalização dos Movimentos Sociais. Exigir punição dos assassinos – mandantes e executores - dos lutadores e lutadoras pela Reforma Agrária, que permanecem impunes e com processos parados no Poder Judiciário.
9. Lutar por um limite máximo do tamanho da propriedade da terra. Pela demarcação de todas as terras indígenas e dos remanescentes quilombolas. A terra é um bem da natureza e deve estar condicionada aos interesses do povo.
10. Lutar para que a produção dos agrocombustíveis esteja sob o controle dos camponeses e trabalhadores rurais, como parte da policultura, com preservação do meio ambiente e buscando a soberania energética de cada região.
11. Defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno.
12. Defender todas as nascentes, fontes e reservatórios de água doce. A água é um bem de todos e a Natureza e pertence à humanidade. Não pode ser propriedade privada de nenhuma empresa.
13. Preservar as matas e promover o plantio de árvores nativas e frutíferas em todas as áreas dos assentamentos e comunidades rurais, contribuindo para preservação ambiental e na luta contra o aquecimento global.
14. Lutar para que a classe trabalhadora tenha acesso ao ensino fundamental, escola de nível médio e a universidade pública, gratuita e de qualidade.
15. Desenvolver diferentes formas de campanhas e programas para eliminar o analfabetismo no meio rural e na cidade, com uma orientação pedagógica transformadora.
16. Lutar para que cada assentamento ou comunidade do interior tenha seus próprios meios de comunicação popular, como por exemplo, rádios comunitárias e livres. Lutar pela democratização de todos os meios de comunicação da sociedade contribuindo para a formação da consciência política e a valorização da cultura do povo.
17. Fortalecer a articulação dos movimentos sociais do campo na Via Campesina Brasil, em todos os Estados e regiões. Construir, com todos os Movimentos Sociais a Assembléia Popular nos municípios, regiões e estados.

18. Contribuir na construção de todos os mecanismos possíveis de integração popular Latino-Americana, através da ALBA - Alternativa Bolivariana dos Povos das Américas. Exercer a solidariedade internacional com os Povos que sofrem as agressões do império, especialmente agora, com o povo de CUBA, HAITI, IRAQUE e PALESTINA.

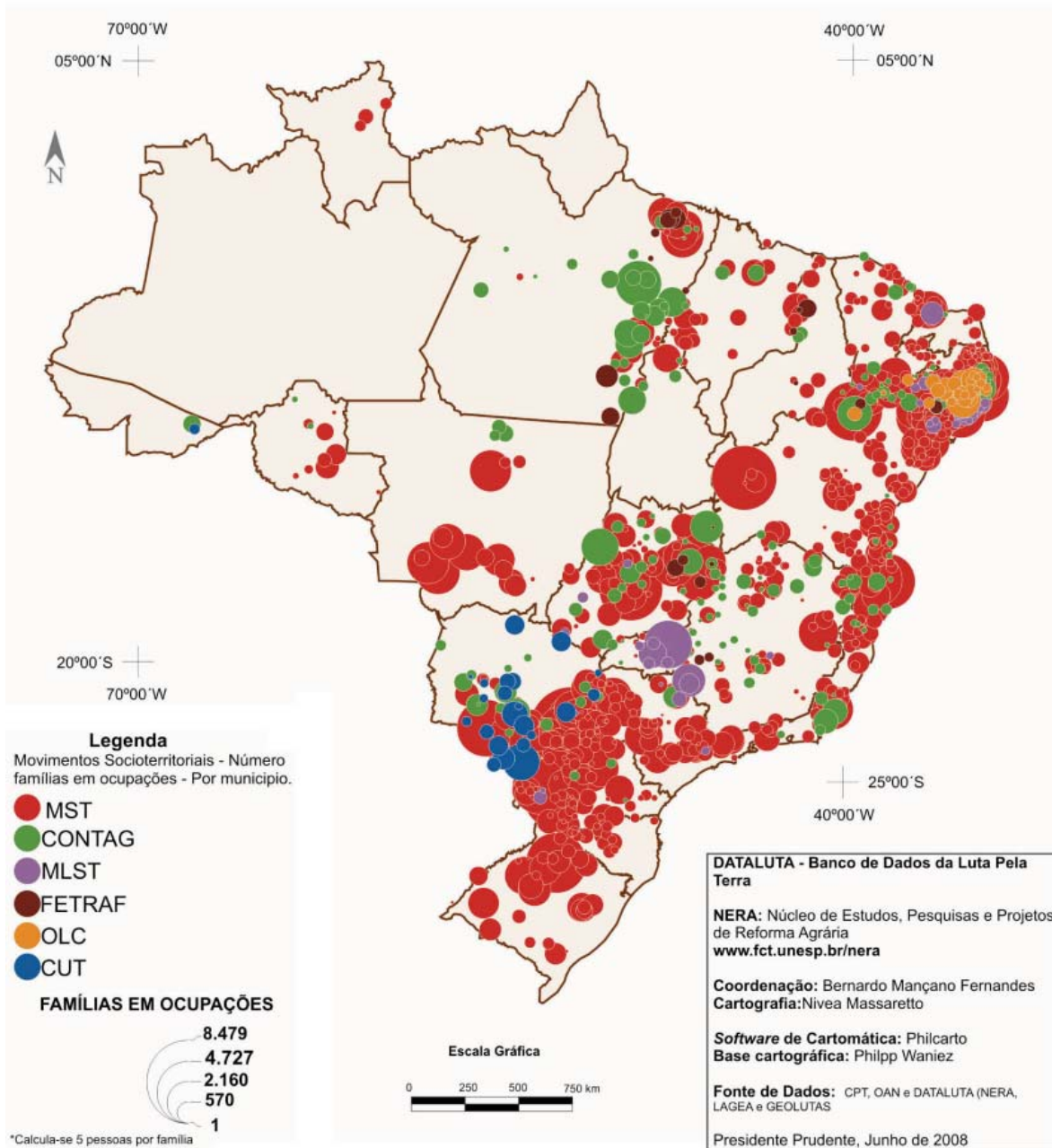
Conclamamos o povo brasileiro para que se organize e lute por uma sociedade justa e igualitária, que somente será possível com a mobilização de todo o povo. As grandes transformações são sempre obra do povo organizado. E, nós do MST, nos comprometemos a jamais esmorecer e lutar sempre.

REFORMA AGRÁRIA: Por Justiça Social e Soberania Popular!

Brasília, 15 de junho de 2007.

Anexo 3

Mapa 1 - Brasil - Geografia dos Movimentos Socioterritoriais - 2000 - 2007
Número de famílias em ocupações - Por municípios



ANEXO 4

MÉTODOS ORGANIZATIVOS DO MST EM 25 ANOS

Figura 1

MÉTODO: direção executiva e comissões
1988 a 1989



Figura 2

**MÉTODO: direções e setores estaduais
1990 a 1995**



Figura 3

MÉTODO: Por regional 1995 a 2005

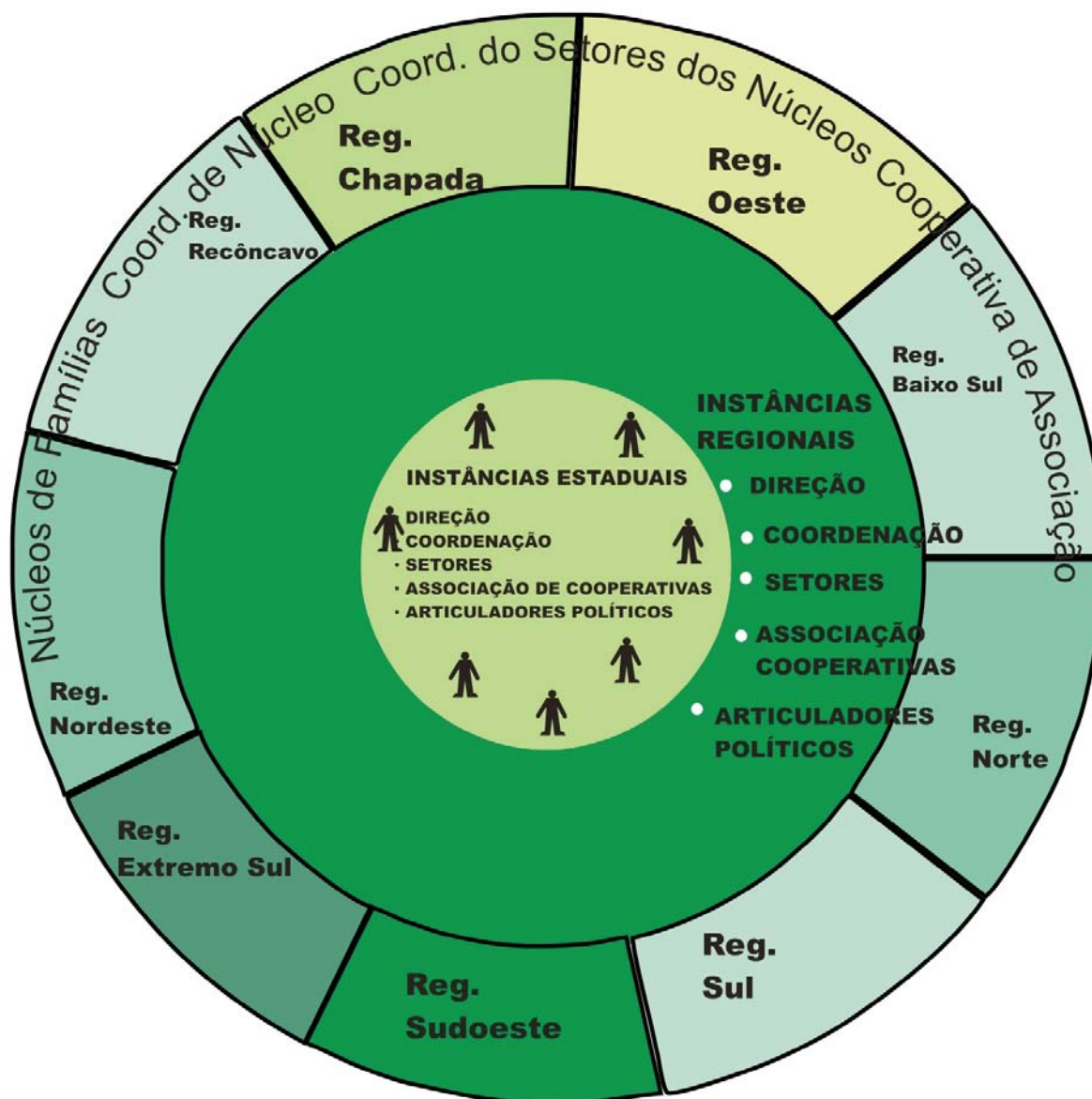
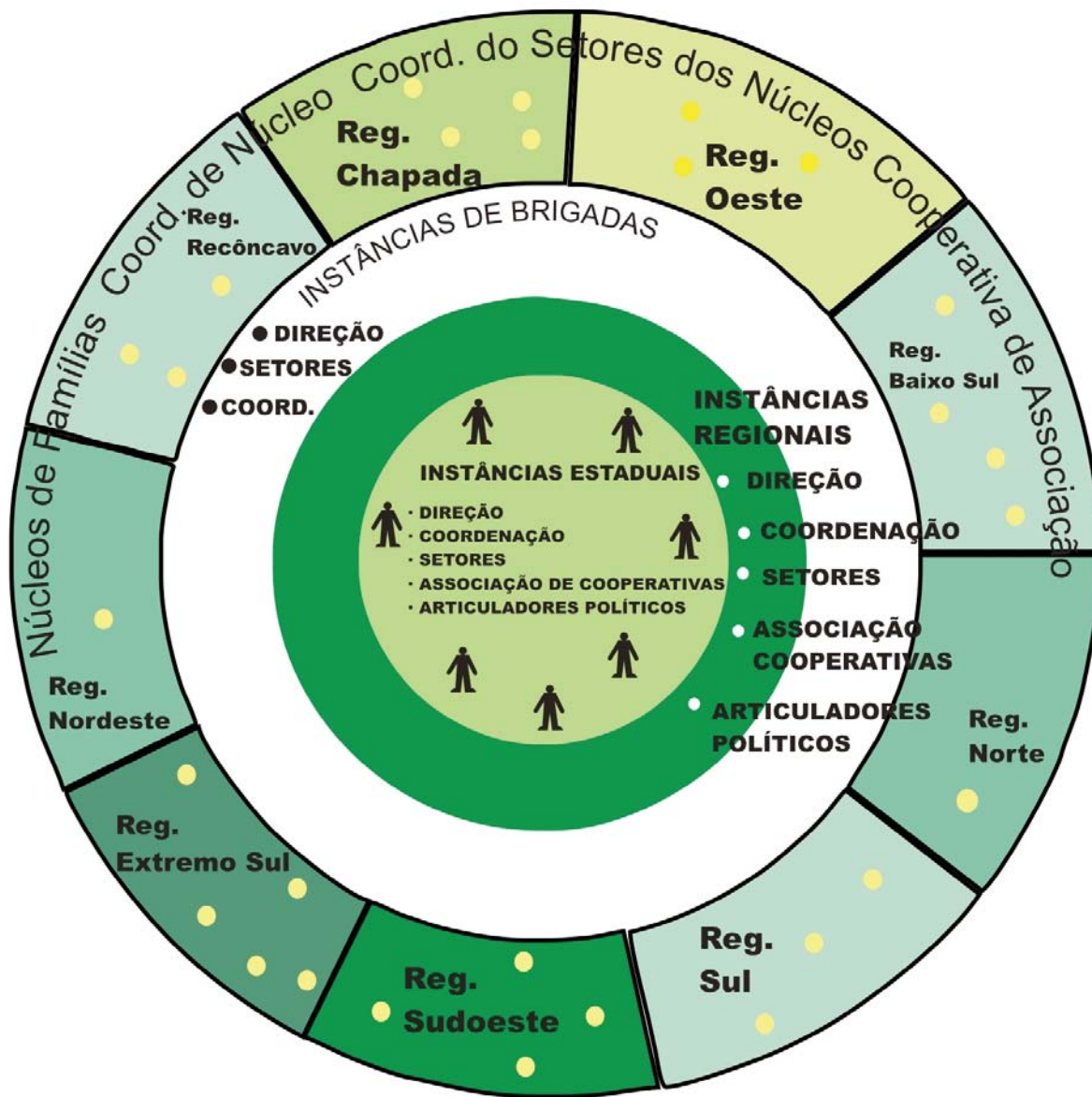


Figura 4

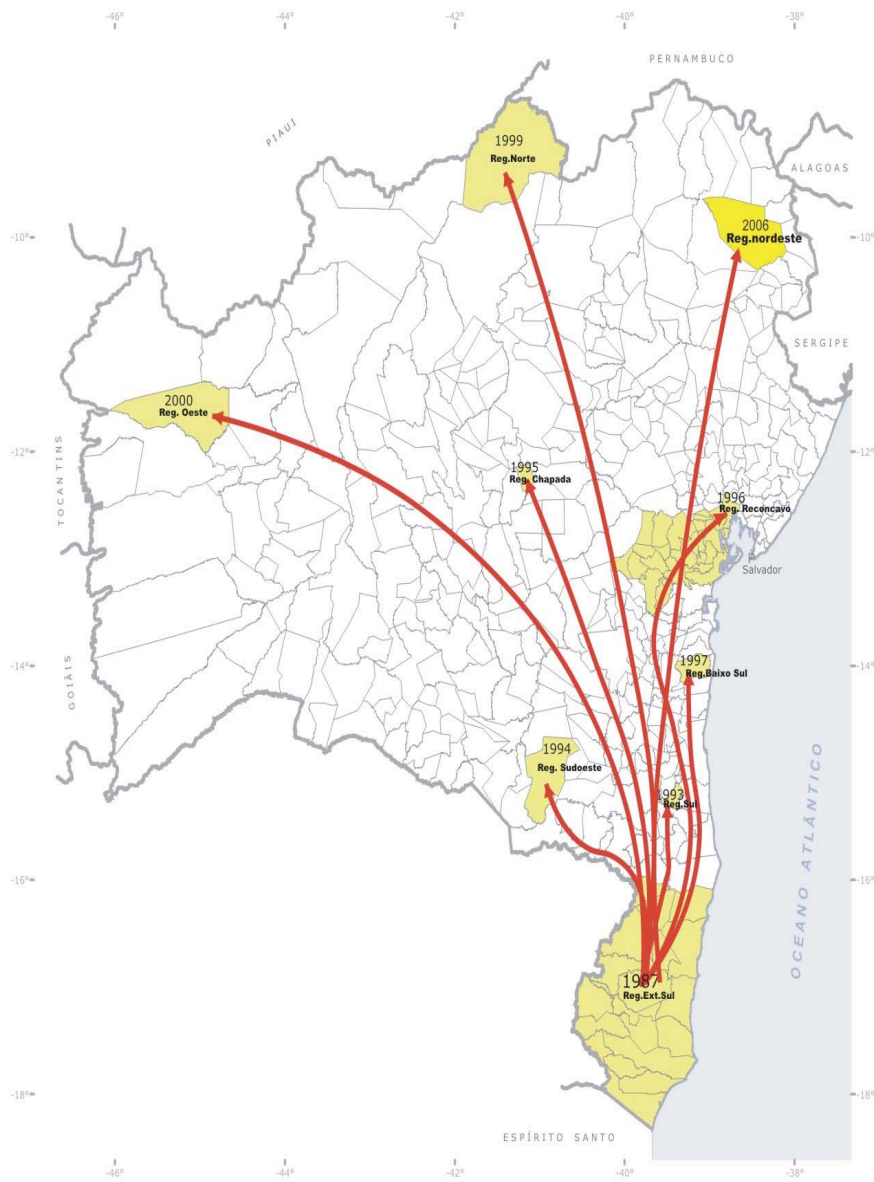
MÉTODO: Por brigada

2005 a 2007

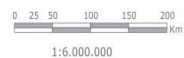


ANEXO B

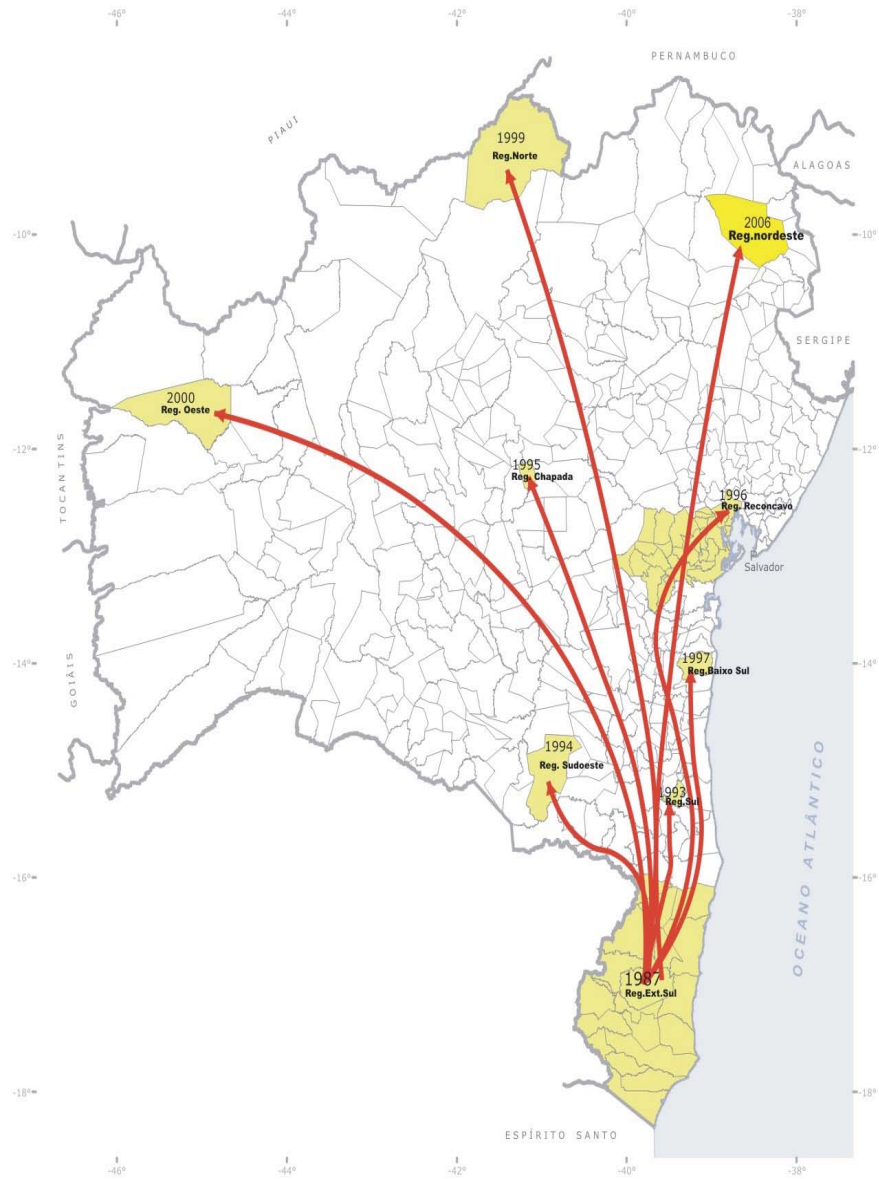
BAHIA FLUXO DE ESPACIALIZAÇÃO DO MST 2003



Fonte da base cartográfica: SEI adaptada pela CONDER
Fonte dos dados: MST
Elaboração: Projeto GeografAR (2003)
Atualizada/julho-2007
Fonte: MST - BA



BAHIA
FLUXO DE ESPACIALIZAÇÃO DO MST
2003



Fonte da base cartográfica: SEI adaptada pela CONDER
Fonte dos dados: MST
Elaboração: Projeto GeografAR (2003)
Atualizada/julho-2007
Fonte: MST - BA

